
RESISTÊNCIA FEMININA NO MOVIMENTO ESTUDANTIL: MAIS UM CAPÍTULO DAS MULHERES CONTRA A DITADURA DE 1964

Maria Eduarda Gomes Belo da Silva¹

Raylane Andreza Dias Navarro Barreto²

RESUMO

Neste artigo que se debruçou sobre a trajetória política de 9 mulheres militantes do movimento estudantil na UFPE durante o regime civil-militar (1964-1985) objetivou-se evidenciar a trajetória formativa inicial delas no movimento, buscando compreender os aspectos voltados para o ser mulher, estudante e militante política no período marcado pelo autoritarismo e privação de liberdade ideológica. A metodologia utilizada foi a pesquisa documental, cujas fontes incluem as fichas criminais individuais da Delegacia de Ordem e Política e Social (DOPS) e o Relatório Final da Comissão Estadual da Memória e Verdade. Teoricamente a pesquisa esteve embasada em Perrot (2007), para quem as mulheres não são apenas vítimas na história, mas protagonistas, ainda que postas em um lugar de invisibilidade. Os resultados alcançados revelaram, para além de trajetórias militantes, os papéis desempenhados frente ao combate aos direitos estudantis, a liberdade de expressão e a qualidade da educação oferecida. Tais elementos conduzem a um novo olhar para a militância estudantil feminina, além de lançar os holofotes para estas que foram colocadas no papel de coadjuvantes na história.

Palavras-chave: Ditadura civil-militar, Formação política, Movimento estudantil, Mulher militante, Pernambuco.

¹ Graduanda de Pedagogia pela Universidade Federal de Pernambuco. E-mail: eduarda.belo@ufpe.br.

² Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Professora do Centro de Educação da Universidade Federal de Pernambuco e Orientadora da autora deste artigo.

INTRODUÇÃO

O regime civil-militar brasileiro (1964-1985) foi um período histórico marcado pela disputa política que polarizou a sociedade brasileira e que utilizou, como instrumento de controle, as forças militares que resultaram em perseguições e cerceamento da liberdade de seus opositores e opositoras. São estas, as opositoras — as mulheres que se posicionaram contra o regime autoritário —, que se buscou evidenciar com esta pesquisa, fazendo um recorte para aquelas que foram estudantes e militantes do movimento estudantil na Universidade Federal de Pernambuco. Isto porque ao lançar o olhar atento para os vestígios de memória que estas deixaram e que existem nos acervos brasileiros é uma forma de retirar o véu que insiste em encobrir, tendo como justificativa a ausência de mulheres na ocupação de papéis relevantes, as histórias destas que foram resistência contra o governo ditatorial, e que justifica serem rememoradas por seus atos e contribuições para a história.

O apagamento das mulheres na história, no caso do Brasil, também é um reflexo da falta de cuidado, bem como da dificuldade de acesso às fontes, acervos e documentos que remontam às peças desse imenso quebra-cabeças que é a História da política brasileira. Fato que também remete ao problema da não preservação e da guarda da memória histórica do país, sobre os quais Pinsky (2009) já alertava, ao destacar que:

Os arquivos brasileiros enfrentam, de forma geral, os sérios problemas comuns aos serviços públicos: falta de pessoal, de instalações adequadas e de recursos. Geralmente não prioritários aos olhos governamentais, foram durante muito tempo tratados como instituições de segunda categoria, verdadeiros depósitos de papéis velhos e de funcionários problemáticos. Mesmo na iniciativa privada, ainda hoje, é muito comum denominar-se os serviços de arquivo como “arquivo morto”, como que ignorando a preciosidade de muitos documentos ali esquecidos. Aventurar-se pelos arquivos, portanto, é sempre um desafio de trabalhar em instalações precárias, com documentos mal acondicionados e preservados, e mal organizados. (p. 49).

Quando direciona-se o foco para a história das mulheres em períodos políticos marcados pelo autoritarismo, tal apagamento fica ainda mais em evidência, talvez porque, “elas mesmas, mergulhadas em silêncios impostos e sufocadas por imagens distorcidas, por muito tempo desprezaram a importância de sua história” (Perrot, 2007, p. 10). Hoje, entretanto, existem pesquisadoras e pesquisadores que buscam desvelá-las a partir de trabalhos acadêmicos, livros, documentários, congressos e demais publicações, desafiando os estereótipos de mulheres recatadas e do lar, mostrando que não existe uma, mas muitas maneiras de ser mulher.

É justamente seguindo tal pressuposto que se buscou, neste trabalho, evidenciar como se deu a relação formação e política de 9 estudantes ligadas ao movimento estudantil (ME) da UFPE, durante o período do regime civil-militar, uma vez que o ME se revelou como elemento primordial para o engajamento político de tais mulheres e foi fundamental, como

em todo o país, no movimento de reação à ditadura que se estabeleceu com o regime. Neste sentido o que se buscou foi entender como se deu tal relação, desde as ações, papéis e posicionamentos tomados por elas, até que instância suas histórias se aproximam e/ou se distanciam no contexto do regime autoritário brasileiro.

Tratar do movimento estudantil durante o regime civil-militar, é tratar de mulheres e homens que deram vida e a própria vida em prol do movimento, cuja motivação era a luta, dentre outros elementos, pela liberdade de pensamento, fim da censura, da perseguição militar e do autoritarismo. Ferreira (2014) atentou para a relevância que os e as jovens do ME tiveram no período ditatorial, uma vez que se colocaram na linha de frente contra o cerceamento de direitos e o fim da democracia. Fosse protestando, articulando-se em movimentos sociais e partidos políticos de esquerda, fosse, em última instância, atuando na luta armada. Justamente por ter um posicionamento representativo e combativo que o ME foi alvo de extremas investidas do regime ditatorial, como aponta Motta (2014, p. 15): “No eixo conservador, o regime militar combateu e censurou as ideias de esquerda e tudo mais que achasse perigoso e desviante - e, naturalmente, os defensores dessas ideias; controlou e subjugou o movimento estudantil”.

Ainda que seja, entretanto, de conhecimento acadêmico que o movimento estudantil contou com a presença de homens e mulheres, ao abordá-lo especificamente sobre o prisma das mulheres, as suas histórias ora são curtas e resumidas, ora sequer são mencionadas, o que leva a entender erroneamente que a presença feminina se deu sob um papel coadjuvante, se comparada ao protagonismo masculino. Tal fato é observado sobretudo quando nos debruçamos sobre os documentos alusivos ao período ditatorial brasileiro, como é o caso dos relatórios da Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Helder Câmara que, em seu primeiro volume, das 51 pessoas mortas ou desaparecidas que nele constam, cujas memórias foram evidenciadas, apenas 6 são de mulheres.

Diante de tal constatação o questionamento que se faz é: isto ocorre devido a falta de informações sobre as mulheres? Ou estas mulheres não foram consideradas importantes, a ponto de serem mencionadas com o mesmo grau de relevância masculina? As respostas são: não é não. Sobretudo porque ao nos atermos aos documentos policiais e judiciais do período a exemplo dos Prontuários Individuais do DOPS-PE e também dos Processos Judiciais de Indenização de ex-presos políticos, estes documentos nos revelam que existiram mulheres que, tal qual os homens, exerceram papel de liderança frente ao governo ditatorial, que atuaram na luta armada, que foram presas, perseguidas, torturadas e mortas, mas que não deixaram de resistir quando foram confrontadas com a tentativa de retirada de sua dignidade,

seja nos seus estudos, no trabalho, na família, com os filhos ou mesmo de seus próprios corpos. Por isso, ao abordar a atuação das mulheres no movimento estudantil, é preciso nomeá-las, além de também contar as suas histórias, para que se desvele o mito da mulher coadjuvante e homem protagonista. De igual modo é preciso também demonstrar a força que a militância feminina carrega dentro da sua própria história, inspirando as gerações de mulheres do tempo presente, bem como as futuras, para que suas memórias se mantenham vivas para àquelas que desejam compor o movimento estudantil e tudo o que ele representa na história política brasileira, afinal um dos maiores focos de resistência à ditadura foi o movimento estudantil. (Mota, 2014).

Nesse sentido, é a partir das primeiras experiências políticas de 9 mulheres estudantes e militantes do movimento estudantil que estudaram na Universidade Federal de Pernambuco, que nos detivemos a fim de entender a relação formação e política. São elas: Dulce Chaves Pandolfi (1948), Lília Maria Gondim Leitão (1950), Maria do Socorro de Magalhães (1948), Maria Inês Moreira de Melo (1952), Maria Lia Faria de Souza Cavalcante (1949), Maria Luzinete de Lima (1943), Maria Salete Damasceno Weyne (1940), Míriam Lopes Verbena (1946-1972) e Ranúsia Alves Rodrigues (1945-1973).

Por tratar-se de formação para além da escolarização é preciso que se compreenda que a educação, tal qual nos ajuda a pensar Gohn (2006) deve ser compreendida nos âmbitos formal, não-formal e informal. De acordo com Gohn:

A educação formal é aquela desenvolvida nas escolas, com conteúdos previamente demarcados; a informal como aquela que os indivíduos aprendem durante o seu processo de socialização - na família, bairro, clube, amigos, etc., carregada de valores e culturas próprias, de pertencimento e sentimentos herdados; e a educação não-formal é aquela que se aprende no “mundo da vida”, via processos de compartilhamento de experiências, principalmente em espaços e ações coletivos cotidianas. (2006, p. 28).

É válido ressaltar que ao pautar aqui a formação de mulheres, retoma-se o sentido etimológico da palavra, vinda do latim *forma-ae*, que significa “ação ou origem de formar ou se formar (dar forma e/ou constituir algo)” (DICIO, 2024), uma vez que se entende que a FORMA-AÇÃO envolve não só a forma como aquelas mulheres aprenderam e se engajaram na militância, como também as ações para que esta forma de aprendizado ocorresse, em outras palavras, as ações desempenhadas pelas mulheres, seja do âmbito formal, não-formal ou informal na vida delas as forjaram enquanto militantes políticas.

A partir de tais noções, entende-se que as trajetórias formativas delas incluíram os aspectos formais advindos da sua formação profissional na universidade, os aspectos não-formais advindos dos movimentos sociais e partidos políticos que se filiaram oficial ou

extra oficialmente, como também os informais aqui entendidos a partir da experiência vivida, como suporia Edward P. Thompson (1992). Isto porque as suas redes de sociabilidades e as ações desempenhadas, são elementos formativos que as forjaram enquanto mulheres que foram resistência frente às investidas do governo autoritário. Tal fato dialoga com o pensamento de Michelle Perrot para quem “o *status* de vítima não resume o papel das mulheres, que sabem resistir, existir e construir seus poderes” (2007, p. 166, grifo da autora). As trajetórias políticas delas, mesmo que iniciais, nos contam histórias importantes para a desmistificação de paradigmas ainda existentes na história das mulheres e inspira a continuidade da luta feminina para a melhora da sociedade.

Mulher e mulheres: a construção do imaginário feminino e seus efeitos

Pecadoras, impuras, bruxas, moedas de troca, prostitutas, burras ... a lista de rótulos sobre mulheres são infinitas e por isso a grande pergunta é: quem foram os responsáveis por estes rótulos? Sim, o uso do artigo no masculino está correto, isso porque, ao longo da história humana, os homens foram os responsáveis por registrar e relatar os acontecimentos. A história das mulheres, ao invés de contadas por elas, fora contada por outros. Foram eles que deram a ver suas histórias que perpassaram o âmbito religioso, social, científico, bem como narraram sobre as bagagens que se acumularam e pesaram sobre os ombros das mulheres, em especial daquelas que ousaram ir contra o modelo patriarcal.

Sobre o patriarcado em específico, Del Priore (2020) o descreveu como sendo, inicialmente por volta de 1945, um sinônimo de “bondoso”, “pacífico”, mas que, na década de 1970, passou por uma mudança de sentido, sendo então usado para classificar as relações desiguais entre os homens e mulheres, uma vez que a sociedade construiu a ideia de que o homem deve defender a sua honra e seu papel de macho, utilizando todos os meios necessários, seja a violência, violação ou controle. A partir de então, o ato de relegar às mulheres o lugar de submissão e subserviência, tendo como ponto principal a dominação masculina, recebeu então o nome de patriarcado.

As consequências estão no que Perrot (2006) relatou em sua obra, quando coloca a ausência das mulheres nos espaços públicos, pois a elas foi ensinado o “silêncio e a submissão”, o corpo feminino como algo que deve ser escondido, a valorização do homem como sujeito de grandeza e figura de respeito, enquanto que as mulheres foram colocadas em um lugar de menos valor. Generalizadas juntamente às crianças e culpadas pelos malefícios da humanidade, foram e são os componentes utilizados para moldar o imaginário feminino, que por sua vez se reflete no silenciamento de suas falas.

As pesquisadoras feministas Alves e Pitanguy (2022, p. 26) deixaram explícito que “a subordinação e desqualificação da mulher é uma construção social”, entretanto, ainda que houvesse e ainda haja movimento de controle, as mulheres não ficaram relegadas à submissão, elas aprenderam a transgredir o modelo patriarcal protagonizando “uma luta que se faz com indignação - inevitável à medida em que vai se revelando o tamanho da oposição masculina à igualdade da mulher - e que atravessa os séculos como um camaleão, tomando infinitas formas, evidentes ou sutis” (Alves; Pitanguy, 2022, p. 27).

Tal linha de pensamento dialoga com Silva (2017), quando destaca que as mulheres não “são” e sim “estão” em constante transformação e suas transformações enquanto mulheres, militantes, transgressoras, mães, esposas não se excluem, mas entram em consonância, construindo novas formas de experienciar o tempo. Sendo assim, às mulheres não cabem apenas o papel de recatadas e/ou do lar, mas também aqueles papéis que assumiram ao longo do tempo. Assim sintetiza Perrot (2006):

As mulheres não são passivas nem submissas. A miséria, a opressão, a dominação, por mais reais que sejam, não bastam para contar sua história. Elas estão presentes aqui e além. Elas são diferentes. Elas se afirmam por outras palavras, outros gestos. Na cidade, na própria fábrica, elas têm outras práticas cotidianas, formas concretas de resistência - à hierarquia, à disciplina, que derrotam a racionalidade do poder, enxertadas sobre o uso próprio do tempo e do espaço. Elas traçam um caminho que é preciso reencontrar. Uma história outra. Uma outra história. (p. 212).

Ao tomar consciência sobre a existência da história das mulheres sob a perspectiva destas, cria-se bases para que não se caia no vício de criação de estereótipos femininos, vícios estes que Adichie alerta:

A única história cria estereótipos e o problema com estereótipos não é que eles sejam mentira, mas que sejam incompletos. Eles fazem uma história torna-se a única história. [...] Histórias importam. Muitas histórias importam. Histórias têm sido usadas para expropriar e tornar maligno. Mas histórias podem também ser usadas para capacitar e humanizar. Histórias podem destruir a dignidade de um povo, mas histórias também podem reparar essa dignidade perdida. (2009, p. 4).

A partir de, também, tais considerações vem a importância de pesquisar e publicizar a história das mulheres, que Alves e Pitanguy (2022) trazem como parte indispensável à luta, pois é neste entendimento que se busca a superação da discriminação. É o que Perrot também conclui, quando afirma que escrever a história das mulheres “[...] não é um meio de reparação, mas desejo de compreensão, de inteligibilidade global” (2007, p. 166).

Assim, foi buscando a compreensão da relação formação e política de 9 mulheres do movimento estudantil da UFPE na ditadura civil militar que buscamos contribuir com a desmistificação de paradigmas existentes no que diz respeito ao papel feminino de submissão

e silenciamento, afinal escrever a história das mulheres, como explicita Silva, “é um chamado para a luta, desta vez com as armas da memória e da linguagem” (2017, p. 143).

O regime civil-militar brasileiro: contextualização histórica

Memória e linguagem, história e narrativa, são binômios que incentivaram e inspiraram a feitura deste trabalho. E neste sentido, é necessário entender a História e a memória que forjaram o Brasil calcado no autoritarismo. Autoritarismo este que se fez presente no imaginário e no cotidiano dos brasileiros e brasileiras muito antes de 1964, mais especificamente na terceira fase da chamada Era Vargas, denominada de Estado Novo (1937-1945).

Para entender como foi esta fase, é necessário voltar na Constituição de 1934 (Brasil, 1934) que foi promulgada através de uma Assembleia Nacional Constituinte, que trouxe a garantia da conquista do direito ao voto secreto e direto de 1932, incluindo as mulheres, tanto no papel de eleitoras como elegíveis para cargos públicos; a pluralidade sindical; direitos civis; direitos trabalhistas: liberdade de expressão dos cidadãos, conquistas estas fundamentais para o povo brasileiro que acabara de sair da política do “café com leite” e do “voto de cabresto”, também conhecido como período da República Oligárquica (1894-1930)³.

Ainda que vindo de uma série de conquistas, o Brasil regrediu quando o até então presidente Getúlio Vargas, em uma tentativa de continuar no poder, deu um golpe de estado ao se utilizar de uma narrativa anticomunista, que surgiu de uma represália do movimento comunista, também chamado de Revolta Vermelha. Este movimento se iniciou em 27 de novembro de 1935, feito pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB) em nome da Aliança Nacional Libertadora (ALN), que era uma ramificação da Internacional Comunista, cujo líder era o ex-militar Carlos Prestes⁴. O objetivo da Revolta Vermelha era a luta contra as oligarquias, o imperialismo e o facismo que se expandia cada vez mais no Brasil em prol da queda de Vargas.

Foi utilizando de tal narrativa que Vargas permaneceu no poder de maneira autoritária, e trouxe como primeira medida uma nova Constituição, promulgada em 10 de novembro de 1937 e que legalizou o cerceamento da liberdade dos cidadãos, censura, cassação de mandatos e o estabelecimento de uma proposta conservadora de governo. Em seu documento, foi declarado explicitamente o combate ao comunismo: “ATENDENDO ao

³ Para mais informações, consultar Santos (2013).

⁴ Para cumprir com o objetivo proposto pela Internacional Comunista, Carlos não foi o único enviado, pois juntamente a ele, tem-se a presença, atuação e liderança de Olga Benário, uma mulher e importante militante política que atuou no Brasil durante este período histórico. Para mais informações, consultar Moraes (2004).

estado de apreensão criado no País pela infiltração comunista que se torna dia a dia mais extensa e mais profunda, exigindo remédios, de caráter radical e permanente” (Brasil, 1937).

A queda do Estado Novo se deu devido ao contexto mundial de crise ocasionado pela Segunda Guerra Mundial (1939-1945), que gerou crise nas exportações agrícolas do país, consequentemente intensificando o setor industrial brasileiro, mas para que fosse de fato efetuada a industrialização do país, foi exigido o fim do governo ditatorial e apoio à democracia, sendo Vargas deposto pelas forças militares em 1945.

Entre 1945 e 1964 tivemos um período considerado democrático e que fora novamente violado, mesmo com todos os elementos contraditórios do governo de Juscelino Kubitschek, com outro golpe de estado e que perdurou de 1964 até 1985. Ele teve início com a renúncia de Jânio Quadros ao poder, no ano de 1961, tendo o seu vice João Goulart assumido o cargo da presidência da república. Araújo, Silva e Santos (2013) relataram que foi com a ascensão de Goulart que se iniciou um processo de polarização política no país, visto que seus projetos incluíam reformas administrativas, fiscal, universitária e, principalmente, a reforma agrária, sendo ela o mais polêmico de seus projetos, pois os grandes latifundiários demonstravam grande insatisfação com a reforma, visto que não queriam perder seus poderes, privilégios e influências.

O alinhamento de latifundiários, parlamentares e militares deu uma primeira investida no governo de Goulart com a implementação do veto militar, que reduziu os poderes do então presidente e mudou o Brasil de um regime presidencialista para um regime parlamentarista. Araújo, Silva e Santos (2013) apontaram que esta atitude provocou grande insatisfação da outra parcela da sociedade polarizada, organizando greves em diversas capitais do país, tendo como exigência o governo efetivo de João Goulart. Foi somente em 1963 que o regime presidencialista foi restabelecido no Brasil, com a posse de Goulart à presidência, mas isso não significou o fim das articulações para a destituição do presidente da república.

Como resposta, os opositores do governo, que também ocupavam cargos parlamentares, impediram a aprovação das reformas de base propostas pelo governo de Goulart, mas não bastando tais ações, seus opositores também resgataram o discurso de ameaça comunista, sendo esta a base para a instauração do golpe militar. Esse resgate foi possível através da distorção do discurso de João Goulart no Comício de 13 de março de 1964, que trouxe novamente o Decreto da Superintendência da Política da Reforma Agrária (SUPRA) e gerou grande comoção da população, como descrito por Araújo, Silva e Santos:

O medo da radicalização dessas medidas e de um suposto “perigo comunista” levou milhares de pessoas às ruas nas ‘Marchas da Família com Deus pela liberdade’,

organizada por clérigos e entidades femininas, realizadas em várias cidades do país, sendo algumas delas apoiadas por seus governantes. (2013, p. 15).

Deste modo o Brasil viveu um período de tensão e polarização política, uma vez que as ações de censura, repressão militar, cerceamento de direitos contavam com o apoio midiático, pois os jornais da época traziam manchetes e notícias de apoio ao regime, como por exemplo, as publicações no Diário de Pernambuco, cujos títulos das manchetes revelavam um discurso pró golpe anticomunista, como: "Espiões soviéticos tinham livre trânsito no Recife, diz delegado"⁵, "Sindicato dos bancários era agência dos comunistas"⁶, "Missão da UNE era organizar o PC⁷ nas escolas: documentos provam ação subversiva da UNE"⁸. Além destas, o apoio e financiamento empresarial e o apoio de uma parcela da população civil também era importante, uma vez que esta via como positiva a forma como o governo ditatorial geria os aspectos da vida política, econômica, social e educacional no país, sendo uma alternativa melhor do que a possibilidade de supostamente viver em um regime comunista de governo.

Com tais apoios o golpe de 1964 foi instaurado e ganhou adeptos em todas as instâncias sociais. É por este motivo que este momento histórico recebe o nome de regime civil-militar, por contar com o apoio não só de militares e governantes, mas também com a parcela polarizada da população e sendo apoiada empresarial e midiaticamente. Como consequência, vivenciou-se violentamente o período de cerceamento da liberdade e violação dos direitos humanos naqueles e naquelas que se posicionaram contrários ao regime.

Não se pode prescindir do fato que naquele momento as eleições eram feitas de forma democrática, uma vez que Jânio Quadros, do Partido Trabalhista Nacional (PTN), foi eleito democraticamente como presidente e que, ao renunciar ao cargo, o seu vice Goulart, também eleito democraticamente, pertencente ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), assumiu a presidência. Outro ponto que também é necessário ser ressaltado é que a narrativa de golpe comunista se tratava, de fato, de uma suposição, e que fora utilizada, novamente, assim como no governo Vargas, como justificativa do golpe militar. Por esta razão, houve também o movimento contrário ao regime, a oposição, dentre os quais podemos citar o movimento estudantil, movimento rural e a classe trabalhadora, que se colocava contrária às ações do regime autoritário.

⁵ Jornal Diário de Pernambuco, 09/05/1964

⁶ Jornal Diário de Pernambuco, 10/05/1964

⁷ PC - Partido Comunista

⁸ Jornal Diário de Pernambuco, 12/05/1964

O movimento estudantil: origens e efervescência da juventude militante no regime autoritário

Como exposto nos parágrafos anteriores, o regime civil-militar obteve a aprovação de parte da sociedade civil brasileira da época, sendo isso elemento fundamental para o sucesso do golpe, ainda que com este apoio, é importante destacar que houve ação contrária ao regime, tendo como um dos protagonistas o movimento estudantil, sendo composto pela União Nacional dos Estudantes (UNE) e a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES).

A princípio, não basta saber que o ME foi oposição do regime civil-militar, é preciso saber o porquê e para quê os e as estudantes se opuseram. E para responder estes dois questionamentos, é preciso também entender como o governo militar interferiu diretamente na educação brasileira, em especial, no ensino superior, que é o foco deste trabalho.

Como vimos nos parágrafos anteriores a respeito do golpe militar de 64, um dos pontos de maior incômodo dos golpistas era as propostas reformistas que Goulart trazia em seu discurso, as chamadas de Reformas de Base⁹, e dentro dela, tem-se a reforma universitária. É válido ressaltar que o contexto educacional brasileiro se construiu de forma elitizada, sendo a escola um privilégio para poucos. Entretanto, com a participação ativa de intelectuais na construção de políticas públicas voltadas à escolarização e a educação popular no início da década de 1960, a exemplo do Movimento de Cultura Popular de Pernambuco e da Campanha de Pé no Chão também se aprende a ler no Rio Grande do Norte, as classes populares começaram a ter acesso à educação para assumir novos espaços. E a escola foi um desses espaços. De modo que foi com a chegada de mais estudantes para o campo educacional que se teve a necessidade da organização de estudantes, com vistas a articular seus interesses e seus direitos, bem como o direitos dos outros setores da sociedade que já eram conhecidos, mas que começara a ser evidenciados por essa nova classe pensante que passara a ter lugar de fala. Foi assim que estudantes se envolveram e defenderam a maioria minorizada nas principais pautas do Brasil, como o caso da revolução de 1930, a oposição ao nazi-facismo que eclodiu mundialmente e a defesa do monopólio nacional através da campanha “O Petróleo é Nosso” (UNE)¹⁰.

A universidade, por sua vez, era este espaço catedrático e elitizado que não acolhia todos e todas indistintamente e sobretudo com a garantia dos mesmos direitos. Por isso a

⁹ Para mais informações, consultar Araújo, Silva e Santos (2013).

¹⁰ Para mais informações, consultar o site da UNE, disponível em: <https://www.une.org.br/>, acesso em 12 de mar. 2024.

necessidade de mudança se fez cada vez mais presente para os e as jovens do Brasil. Por isso a política universitária se desenhou, trazendo como pauta, como apontou Motta (2014), a superação de certos arcaísmos, como o fato deste espaço ser catedrático, no sentido de privilegiar alguns professores, dos quais detinham cargos vitalícios, enquanto que os demais se encontravam em níveis hierárquicos inferiores, tendo como reflexo a fraca produção de conhecimento. Para além disso, a escassez de vagas também era um problema, em especial, nos anos de 1950-60, quando houve um aumento das taxas de urbanização e crescimento demográfico, em outras palavras, não só havia o privilégio na ocupação de cargo enquanto docente, como também eram poucos jovens que ingressaram enquanto discentes, sendo a universidade um espaço para poucos.

Este contexto acima descrito fora inflamado pelo ME e justificou a proposta de João Goulart sobre as Reformas de Base, que propunha a transformação do espaço acadêmico, com vistas a fazer com que as universidades fossem capazes de produzir mais conhecimento, entretanto, foram os embates políticos entre esquerda e direita que vão nos responder o porquê o ME se opôs ao governo ditatorial. O conflito se delineia em, de um lado, as lideranças estudantis e a UNE almejavam uma reforma que mudasse as estruturas de poder, trazendo as pautas socialistas, além de modernizar para ser capaz de produzir mais conhecimento, do outro, se via a reforma como algo técnico, privilegiando o desenvolvimento tecnológico e menos humanista, algo que gerasse lucro rápido para a máquina pública, como requer os acordos tecidos no âmbito dos convênios entre Brasil e Estados Unidos como o MEC-USAID.

A partir disso, para que as universidades não se tornassem um espaço de um ensino puramente tecnicista (ponto alto do governo civil-militar), pouco reflexivo e de retorno econômico rápido, os e as estudantes assumiram uma postura de oposição, criando o cenário que Motta chama de “rebeldia estudantil” (2014, p. 8). O engajamento juvenil levou homens e mulheres estudantes a lutar “por uma universidade inclusiva direcionada para o povo, sobretudo às populações mais pobres, e para as problemáticas nacionais” (Ferreira, 2014, p. 37). Para além da UNE, a juventude também se aliou a partidos de esquerda, como o Partido Comunista Brasileiro (PCB), Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), Aliança Nacional Libertadora (ALN). Motta (2014) assim descreve como o regime autoritário subjugou o movimento estudantil:

Criou as ASIs¹¹ para vigiar a comunidade universitária; censurou a pesquisa, assim como a publicação e circulação de livros; e tentou incutir valores tradicionais por

¹¹ Assessoria de Segurança e Informações.

meio de técnicas de propaganda, da criação de disciplinas dedicadas ao ensino de moral e civismo e de iniciativas como o Projeto Rondon¹². (p. 15)

O governo civil-militar entrevistou diretamente nas universidades, pois ainda que não fosse completamente anti reformista¹³, era principalmente anticomunistas, perseguindo e punindo seus opositores, pois queriam destruir a mais remota possibilidade de radicalização e fortalecimento de lideranças revolucionárias (Motta, 2014). Não sem razão durante o período da sua ditadura civil-militar, os jovens brasileiros tiveram participação ativa nos movimentos contrários ao regime ditatorial, como aponta Ferreira (2014):

No Brasil, igualmente tantas outras partes do globo, os jovens foram contagiados por esse sonho, ascenderam em organização e se engajaram nos ditos “movimentos subversivos”, aceitando o desafio de uma transformação social profunda, que passava necessariamente pela contestação dos poderes instituídos (p. 36).

Fato é que as ações de perseguição, prisão e assassinato executados pelo governo ditatorial contra os e as estudantes que se opuseram a esta forma de governo, no intuito de suprimir os ideias de esquerda dentro das universidades, não foram o bastante para subjugar ou anular o movimento estudantil, uma vez que estes homens e mulheres estudantes se articularam, buscaram organizar-se em movimentos e partidos de esquerda, traçavam as suas táticas de sobrevivência, para que assim pudessem continuar resistindo com o posicionamento de oposição à ditadura. Não obstante, evidenciar essas histórias demonstra, também, a potência que existe dentro do movimento estudantil, levando assim a reflexão do papel que este possui no meio acadêmico.

ASPECTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS DA PESQUISA

Para orientar os caminhos investigativos da pesquisa, tomou-se como ponto de partida a perspectiva teórico-metodológica da história cultural, com base em Michelle Perrot, pois a autora busca desvelar a história das mulheres se pautando no que elas trazem, ou seja, a história das mulheres contada pela ótica das mulheres. Para tanto, a base da investigação pautou-se na pesquisa bibliográfica, e documental.

Amaral (2007) define a fonte bibliográfica como sendo:

Uma etapa fundamental em todo o trabalho científico que influenciará todas as etapas de uma pesquisa, na medida em que der o embasamento teórico em que se baseará o trabalho. Consistem no levantamento, seleção, fichamento e arquivamento de informações relacionadas à pesquisa. (p. 1)

¹² Empreendimento do regime civil-militar que visava promover os universitários a participar no processo de integração social das regiões Norte e Nordeste do Brasil. Seu lema era “integrar para não entregar” e incluía atividades de construção de estradas, assistência social e auxílio a tropas militares.

¹³ Motta (2014) descreve como sendo um paradoxo, pois a perseguição dos militares com as universidades não era pela não reforma, pois desejavam que a academia produzisse mais conhecimento, entretanto não queriam quaisquer interferências dos ideais comunistas e humanistas, priorizando o ensino técnico.

A partir dessa definição, compreende-se a relevância deste tipo de pesquisa, uma vez que, para que se cumpra o objetivo, é necessário contextualizá-la, ou seja, as mulheres militantes do movimento estudantil dentro do seu tempo histórico, tempo este situado de 1964 a 1985. Sendo assim, a pesquisa bibliográfica deu subsídios para que compreendêssemos o que antecedeu a ditadura de 1964, ou seja, o período do Estado Novo (1937-1945), o regime civil-militar (1964-1985), bem como a história do movimento estudantil e, principalmente, a história das mulheres. Nesse sentido, foram arroladas como fontes bibliográficas: Reis Filho e Sá (1985), Colling (2004), Fontes (2010), Araújo, Silva e Santos (2013), Ferreira (2014), Motta (2014), Silva (2017), Campos (2019), Del Priore (2020), Alves e Pitanguy (2022) e Braga (2023).

Já para a pesquisa documental, toma-se a definição dada por Pinsky (2008), para quem:

Ao iniciar a pesquisa documental, já dissemos que é preciso conhecer a fundo, ou pelo menos da melhor maneira possível, a história daquela peça documental que se tem em mãos [...] documento algum é neutro, e sempre carrega consigo a opinião da pessoa e/ou do órgão que o escreveu. (Pinsky, 2008, p. 63)

Assim como descreveu a autora, é preciso conhecer as fontes de pesquisa, e as fontes utilizadas como base são as que Pinsky (2008, p. 31) define como sendo “fontes policiais”. São elas “acervos, de maneira geral, relativos à ação repressora do Estado, em contravenções as mais diversas enquadradas, com indivíduos capturados, julgados e presos”. De tal forma, as fontes de pesquisa documental utilizadas neste trabalho incluíram os relatórios finais das comissões estaduais da verdade, também as publicações da década de 1960 dos Jornais da época, as fotografias, cartas, registros bancários e, em especial, as fichas policiais individuais das Delegacias de Ordem e Política Social e os Processos de Indenização de ex-presos políticos, encontradas tanto em meio físico, no Arquivo Público Jordão Emerenciano, localizado no bairro de Santo Amaro, no Recife-PE, como em meio digital, como acervo digital do arquivo público já citado, além do acervo da Companhia Editora de Pernambuco (CEPE).

É com base em tais fontes que se busca, conforme aponta Pinsky (2008) as “vozes do passado”, ou seja os fragmentos de existência e formação destas mulheres nas fontes documentais, possibilitando assim que suas memórias sejam computadas na escrita da história, e foram tais métodos que levaram aos resultados expostos a seguir.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Conforme exposto, é de suma importância que mais e mais pesquisas a respeito da história das mulheres sejam feitas e publicizadas para que se faça reparação histórica das mulheres invisibilizadas e postas num lugar de silenciamento. A partir disso, este trabalho emerge de uma pesquisa de iniciação científica, intitulada: “Perfil educacional das mulheres presas e/ou perseguidas politicamente durante o regime civil-militar em pernambuco (1964-1979)”, inserida no projeto guarda-chuva “A relação mulheres - educação e regime político autoritário no nordeste do brasil (1964-1979)¹⁴”.

Foi no âmbito da pesquisa de (autoral) e a partir da aquiescência do comitê de ética e pesquisa institucional, que se chegou ao mapeamento de mulheres presas e perseguidas políticas no estado de Pernambuco, utilizando como fonte o acervo do DOPS e da Comissão Estadual da Memória e Verdade estadual que se toma conhecimento das mulheres cujas trajetórias são em parte aqui analisadas. A princípio, das 225 mulheres cujos nomes foram levantados na pesquisa, foram identificadas 40 mulheres estudantes, sendo por fim, selecionadas aquelas que atendiam os critérios de inclusão para o propósito específico da pesquisa que deu origem a este artigo: a) mulheres que foram estudantes na UFPE; b) mulheres com informações totais ou parciais; e c) mulheres cuja atuação militante se deu dentro do ME.

Ao final, as mulheres selecionadas foram, como já anunciado: Dulce Chaves Pandolfi, Lília Maria Gondim Leitão, Maria do Socorro de Magalhães, Maria Inês Moreira de Melo, Maria Lia Faria de Souza Cavalcante, Maria Luzinete de Lima, Maria Salete Damasceno Weyne, Míriam Lopes Verbena e Ranúsia Alves Rodrigues.

Ao analisar os perfis, o questionamento perseguido foi: o apagamento das histórias das mulheres se justifica pelo fato delas não terem desempenhado papel de grande importância, assim como os desempenhados por homens, a ponto de serem mencionadas com o mesmo grau de relevância masculina?

Para iniciar a resposta de tal indagação, fazemos uma análise de como a militância política contra o regime autoritário se delineou no estado de Pernambuco. Segundo Silva (2017), no primeiro dia em que foi instaurado o Regime Civil-Militar, a reação da oposição no estado foi uma manifestação na Av. Guararapes, em Recife, que reuniu pessoas que se opunham às deposições de João Goulart à presidência, dos quais tinham a presença de

¹⁴ O projeto foi financiado pelo CNPq, durante o período de 2018-2022, e contou com a coordenação de 10 mulheres pesquisadoras brasileiras, cujo objetivo foi investigar as trajetórias formativas de mulheres presentes nos 9 estados do nordeste do Brasil.

homens e mulheres, estudantes, pessoas pertencentes a organizações de esquerda, e que terminou com um confronto direto entre polícia militar e manifestantes que resultou na morte de dois jovens estudantes, assassinados a tiros, cujos nomes eram Jonas José de Albuquerque Barros e Ivan da Rocha Aguiar.

Ambos os jovens tiveram uma trajetória de militância política e, ao nos debruçarmos sobre os acervos de seus feitos, pode-se encontrar uma ampla gama de materiais que nos permite conhecê-los e tecer um trabalho de memória sobre estes. Entretanto, estes, apesar de serem os primeiros, não foram os únicos jovens assassinados pela ação da ditadura, a estudante e militante política Ranúsia Alves Rodrigues foi uma dessas jovens.

Ranúsia nasceu em Garanhuns-PE, em 18 de julho de 1945, e foi assassinada em uma ação do DOI-CODI/I Exército em 27 de outubro de 1973, aos 28 anos, na praça Sentinela - RJ. Ela foi uma ativa militante política, sua trajetória política iniciou-se dentro do movimento estudantil. Foi no ano de 1968 que ela ingressou no curso de enfermagem na UFPE e, neste mesmo ano, foi eleita presidente do Diretório Acadêmico da Escola de Enfermagem da UFPE, além de ter sido também eleita delegada para o 30º congresso da UNE.

Assim como tantos jovens envolvidos com o movimento estudantil, Ranúsia sofreu perseguições do regime autoritário, uma delas foi a cassação dos seus direitos estudantis devido ao Decreto-Lei 477, de 26 de fevereiro de 1969, que determinava, dentre outras coisas que:

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o parágrafo 1º do Art. 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, DECRETA: Art. 1º Comete infração disciplinar o professor, aluno, funcionário ou empregado do estabelecimento de ensino público ou particular que: [...] III - Pratique atos destinados à organização de movimentos subversivos, passeatas, desfiles ou comícios não autorizados ou dêle participe; [...] Parágrafo 1º As infrações definidas neste artigo serão punidas: [...] Se tratar de aluno, com a pena de desligamento, e a proibição de se matricular em qualquer outro, estabelecimento de ensino pelo prazo de três (3) anos. (DECRETO-LEI 477, de 26 de fev. 1969).

Mas ainda que estivesse com seus direitos estudantis cassados, Ranúsia não deixou de atuar na militância política, ela deixou Pernambuco devido às perseguições políticas e se mudou para o Rio de Janeiro, onde continuou atuando na militância política do partido em que era filiada, o PCBR, sendo membro do Comitê Universitário, realizando reuniões do partido em sua casa, articulada com sua rede de sociabilidade do partido, como Miriam Lopes Verbena, e ajudando outros e outras militantes, como fez com Helena Mota Quintela¹⁵, quando a mesma precisou sair do estado do Ceará, devido à perseguição do governo ditatorial, e veio buscar refúgio com Ranúsia, quando esta ainda estava em Pernambuco.

¹⁵ Para mais informações, consultar Silva (2023).

Assim como Ranúsia, Miriam também foi uma militante muito ativa durante o seu tempo, nascida em 11 de fevereiro de 1946, em Irituia-Guamá, no Pará, Miriam se engaja no movimento estudantil ao adentrar no curso de Ciências Sociais na UFPE, em 1968. Ambas são muito semelhantes em suas trajetórias, uma vez que também atuavam na organização e proteção de militantes de seu partido, Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), sendo ela também responsável por acolher e orientar a militante Helena Mota, que estava sendo perseguida no Ceará, assim como fez Ranúsia.

Mas a história de Miriam se expande, pois a mesma construiu uma relevante carreira profissional, pois foi pesquisadora da Sociedade Civil de Planejamento Ltda. (Socioplan), no estado de São Paulo, no ano de 1970, e assumiu o cargo de subchefe de seção na União de Bancos Brasileiros S/A. Em Recife, Miriam também realizou trabalhos, pois no ano de 1971, a mesma integrou a equipe de elaboração do Plano Diretor de Desenvolvimento de Olinda. Ela foi casada com o dirigente do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), Luís Alberto Andrade de Sá e Benevides, e foi junto com o seu marido que Miriam morreu em um suposto acidente de carro, sendo a causa de suas mortes uma suposta tentativa de esconder mais uma ação de assassinato da polícia política da ditadura militar.

Segundo fontes do Jornal do Commercio, publicado em 9 de março de 1972, disponíveis na CEMVDHC (2017, p. 187):

Automóvel capota diversas vezes na estrada e esmaga a esposa do seu motorista. Quando viajava do Recife para Lagedo, entre as cidades de São Caetano e Cachoeirinha, o fusca dirigido pelo sr. José Carlos Rodrigues capotou mais de cinco vezes, resultando na morte no HPS de Caruaru para onde foi conduzido e na morte imediata de sua esposa a sra. Miriam Lopes Rodrigues que foi esmagada pelo veículo.

A suspeita de que não se tratou de um acidente e sim de um assassinato, com falsificação nos registros policiais, gerou uma investigação, por iniciativa de Iara Xavier Pereira, dos quais extraímos o seguinte:

[...] apesar de todos os esforços realizados ao longo desses 26 anos, não foi possível obter nenhuma evidência concreta, palpável, que confirmasse ou não a versão oficial de que Luiz Alberto e Miriam morreram em um ‘fortuito acidente de automóvel’. [...] apesar das lacunas e contradições, consideramos que Luiz Alberto de Sá Benevides e Miriam Lopes Verbena foram mortos em decorrência da ação de agentes policiais. (CEMVDHC, 2017, p. 188)

Mulheres como Ranúsia e Miriam são facilmente reconhecidas nas palavras de Perrot (2006), ainda que vítimas da ditadura no Brasil, somente colocá-las neste papel não basta para contar as suas histórias, pois antes disso, elas foram militantes políticas, elas eram estudantes universitárias, foram produtoras de saberes científicos, elas se articularam dentro dos partidos e movimentos sociais em prol de outras mulheres, em prol de outros militantes,

ainda que assassinadas fisicamente, não devem ser assassinadas da memória histórica, para que não se evidencie o protagonismo feminino.

Ainda no âmbito da produção científica e também na militância política, Maria Salete Damasceno Weyne se insere em um importante movimento político-educacional brasileiro, o Movimento de Cultura Popular¹⁶, que teve como outros de seus membros Anita Paes Barreto e Paulo Freire.

Maria Salete nasceu em Fortaleza-CE, em 15 de janeiro de 1940, e sua trajetória de militância inicia quando a mesma entra no curso de Serviço Social e experiencia as ações do MCP. A mesma relata em sua carta testemunho, disponível no seu Processo Individual, qual foi a sua virada de chave para o engajamento político contra o regime civil-militar:

Naquele momento tomei consciência de muitas coisas. Do destino do Brasil, em primeiro lugar. Do meu destino pessoal, em seguida. [...] Transferi-me para Recife em 1962, para a realização de uma missão: integrar a equipe regional da Juventude Universitária Católica (JUC) do nordeste, responsável por aquele setor da Ação Católica. Parte da minha sobrevivência (alojamento e refeições) era assegurado pela Arquidiocese de Olinda e Recife, tendo D. Helder Câmara como Arcebispo. Ao lado dessa missão, desejava, no plano profissional, trabalhar com Paulo Freire no desenvolvimento e aplicação do seu método de alfabetização de adultos, àquela altura já bastante divulgado no país. (p. 28).

Foi por meio de sua monografia, trabalho que realizou conjuntamente com mais duas pessoas do curso, cuja temática era “a implantação do método Paulo Freire de alfabetização de adultos em meio urbano”, que Maria Salete adentra no MCP e se envolve politicamente com o movimento, mas para além dele, ela também atuou no Movimento Estudantil da Juventude universitária Católica (JUC). Maria Salete foi presa em 1962, o que, momentaneamente, a impediu de seguir em frente com seu trabalho de monografia. Foi com a ajuda de Dom Helder que ela saiu de sua prisão, como também engajou-se em uma nova pesquisa para a conclusão de seu curso, como exposto em seu relato:

Profissionalmente, sofri duras perdas. Sem estágio, sem nada a vislumbrar no horizonte, a perspectiva era a pior possível: não podia obter meu Diploma em 1964. Mais uma vez, Dom Helder veio ao nosso encontro (o grupo de estagiárias do MU), propondo-nos a realização de uma pesquisa sócio-econômico-cultural em determinadas paróquias de Recife, visando a implantação de cursos e seminários de formação para uma ação paroquial de longo alcance. Era sua maneira de nos oferecer o material de que necessitávamos para nosso trabalho de conclusão de curso. Finalmente, obtive meu diploma em 1965 num clima desolador, sem nenhuma perspectiva profissional, no caos total.

¹⁶ O Movimento de Cultura Popular (MCP) foi criado no Recife, com o objetivo de educar a população pobre da cidade e dar-lhe acesso à cultura. A iniciativa teve o apoio de intelectuais, educadores, artistas, estudantes, representantes da igreja católica e do Partido Comunista Brasileiro (PCB), dando destaque para Anita Paes Barreto e Paulo Freire. Para mais informações, consultar a obra: *Educação de crianças e adolescentes: memorial do MCP*, de Barreto, Anitta. (1986).

A trajetória de Maria Salete, assim como a de Miriam, remonta ao que Perrot (2007) registra em sua obra, ao destacar a importância de ter mulheres produzindo conhecimento e movimentando a história, pois faz cair por terra a falácia de que mulheres são naturalmente voltadas para afazeres domésticos, familiares, culinários, ou de que são limitadas para a produção de conhecimento, uma vez que se compreende que isto é um produto da história e da cultura que insiste em colocar a mulher no lugar de submissão e subserviência, quando na realidade, são plenamente capazes de produzir conhecimentos, ciência, aprendendo a transgredir, ao ocupar espaços que antes lhes eram negados.

A rebeldia dessas mulheres também se manifestaram de outras formas, como foi o caso de Dulce Chaves Pandolfi que nasceu em Recife-PE, no dia 14 de dezembro de 1948. Assim como Miriam, Dulce também foi estudante de Ciências Sociais no ano de 1967, na UFPE, entretanto, a sua militância foi forjada muito antes de adentrar o espaço acadêmico, pois ela começou ainda quando estava no colegial. Dulce passa a ocupar o ambiente acadêmico com uma consciência política que a fez ocupar o cargo de secretária geral do Diretório Central dos Estudantes da UFPE no ano seguinte em que ingressou no curso de Ciências Sociais. Assim consta a sua versão no processo de indenização a anistiados políticos:

Ao término do ano de 1969, tomou conhecimento a requerente, que muitos amigos foram presos e torturados. Avisada que policiais a procuravam nas salas de aula, foi obrigada a deixar de frequentar a faculdade.

O cerco aumentava a cada dia. A polícia passava a rondar a residência da pleiteante e seguir seus familiares. Temendo ser presa e passar pelo que muitos colegas estavam passando, abandonou tudo: família, emprego, estudos, sua cidade. (p. 2).

Ainda que relegada a viver na clandestinidade, Dulce não deixou de atuar politicamente na luta contra o regime civil-militar, demonstrando que as sementes plantadas no movimento estudantil fincaram em sua vida como raízes profundas, que resultaram em sua filiação a Aliança Nacional Libertadora (ALN) e na continuidade de sua militância política e fortalecimento de suas redes de sociabilidade no movimento contra a ditadura.

A história de Dulce se aproxima com a de Lília Maria Gondim Leitão, nascida na cidade de Olinda - PE, no dia 01 de outubro de 1950. Lília também iniciou a sua militância política ainda muito jovem, quando ainda era estudante secundarista do Colégio Estadual do Recife, no ano de 1966. Tal engajamento político se fez presente na sua vida de tal forma, que a mesma ocupou o cargo de delegada nos congressos dos estudantes, sendo ela representante de sua escola. Não bastando sua representatividade, seu engajamento político expandiu-se quando, no auge do regime político-autoritário, passou a integrar o movimento de resistência ao regime militar, denominado Ação Popular (AP).

A postura combativa de Lília é descrita em seu processo indenizatório, dos quais relata a sua participação em protestos estudantis dos quais a mesma se envolvia dentro e fora da escola, sendo inclusive uma destas o motivo da sua prisão:

No dia 12 de junho de 1969, por ocasião da visita de Rockefeller a Pernambuco, o movimento estudantil programou uma série de manifestações no centro da capital. A equipe da qual a requerente [Lília] integrava, foi destinada a fazer protestos e dizer palavras de ordem em uma parada de ônibus situada na Av. Sul, quando então desceu um passageiro de um dos coletivos e ao se identificar como policial, em seguida, deu ordem de prisão a todos. Foi então que se iniciou uma fuga espetacular que culminou com a prisão da requerente e de seus companheiros, sendo todos encaminhados para o DOPS. (p. 15).

Ainda que presa e submetida a torturas físicas e psicológicas no DOPS, conforme exposto em seu Processo Individual, Lília se manteve firme, lutando pelo seu direito de continuar estudando, além de manter o seu posicionamento contra o regime autoritário da época, fazendo-a chegar a UFPE e se formar no curso de economia.

Lília e Dulce, assim como Maria Lia Faria de Souza Cavalcante, dividiram os mesmos chamados para a rebeldia, alimentada pela revolta das ações realizadas pelo governo autoritário brasileiro. Maria Lia nasceu em Recife, em 25 de julho de 1949, e foi mais uma mulher cuja militância teve início no movimento estudantil e que, assim como Ranússia, esta mesma militância teve como consequência a retirada de seu direito de estudar.

Seu engajamento se deu dentro do movimento estudantil, ao indignar-se com as violências e retiradas de direitos impostos pelo regime civil-militar, a moveu a protestar contra o governo autoritário. Sua ação ocorreu ao divulgar boletins que traziam como título “frente a pequena burguesia”, denunciando as ações do governo militar. Como retaliação, Maria Lia foi presa em companhia de outros estudantes na Praia de Boa Viagem e, posteriormente, teve sua matrícula cancelada durante 3 anos como estudante de Psicologia, impactando a sua carreira profissional e sua realização pessoal de concluir o curso de sua escolha, para além de viver o terror da perseguição do regime autoritário.

Outras duas mulheres que não permitiram que lhes fosse retirado o desejo de aprender, bem como ocuparam cargos de liderança dentro da UFPE foram Maria do Socorro Magalhães e Maria Inês Moreira de Melo. Maria do Socorro nasceu em Cajazeiras-PB, em 24 de dezembro de 1948. Saiu do conforto do seu lar e da sua família para morar em Pernambuco com o seu irmão João Américo, no ano de 1967, em busca da sua formação acadêmica. Foi neste mesmo ano que Maria do Socorro iniciou o curso Pedagógico no Colégio São José, e sua formação não se deu por encerrada neste ponto, pois ela, entre os anos de 1969 à 1972, cursou Filosofia no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UFPE.

No que diz respeito a ocupar cargos de liderança, Maria do Socorro se destaca enquanto Secretária da Cultura do Diretório Central dos Estudantes, pois foi por sua participação no DCE que Maria do Socorro participou do congresso estudantil organizado pela Faculdade de Filosofia de Belo Horizonte - MG, e em seu discurso político trouxe como pauta o reconhecimento profissional através da regularização da profissão de sociólogo. Maria do Socorro foi surpreendida quando retornava do congresso em um ônibus, por policiais que atacaram e prenderam ela e mais 10 companheiros estudantes.

Maria Inês, assim como Maria do Socorro, também se engajou na luta. Seu chamado para a militância veio através da luta de classes, em especial, a classe estudantil e trabalhadora, e em seu relato presente em seu Processo de Indenização ela registra que:

Ao tomar conhecimento das mobilizações envolvendo estudantes e trabalhadores, procurei estar presente sempre que era possível. Com isso, travei conhecimento com lideranças do movimento estudantil, e cada vez mais me envolvia, já que a indignação ia tomando conta de mim, ao tomar conhecimento da realidade social do nosso povo. Sou filha de classe média, e o contato com as mazelas da sociedade em que vivemos nunca havia me atingido diretamente. Nunca nos faltou nada em nossa casa. Por ser assim, residimos em um bairro afastado do centro, mas nossa casa era bem ampla, e recebíamos sempre muitos amigos, e muita gente ligada a movimentos “de esquerda” se encontravam lá. Além disso, eu procurava contato com as lideranças do movimento estudantil. (Processo de Indenização, p. 16).

Maria Inês é paraibana, da cidade de João Pessoa, nasceu em 15 de março de 1952, e vem de uma grande família, pertencendo a classe média, sendo a sexta de nove irmãos. Sua militância política aflorou muito cedo, antes mesmo da sua escolarização, isso porque a sua família, relata ela neste mesmo documento, sempre manteve um diálogo aberto acerca de política, além de incentivar a leitura de diferentes obras.

Ainda quando estudava no colégio de freiras franciscanas denominado Ginásio Imaculada Conceição, não tinha contato político na escola, isso, porém, não a impediu de tomar a iniciativa de engajar-se nas lutas estudantis. Assim como Lília, Maria Inês também participou das manifestações do dia 12 de junho de 1969, marcada pela visita de Rockefeller ao Brasil, sendo ambas presas e dividindo a mesma cela.

As perseguições a Maria Inês se refletiram em seu comportamento na universidade, ela entrou no curso de pedagogia em 1971, e a mesma relata em seu Processo Individual que o ambiente universitário era opressor, uma vez que exigia um atestado de sua boa conduta (que estava manchada devido a prisão que vivenciou). Relata ainda que conseguiu driblar tal ficha ao apresentar um atestado do cursinho pré-vestibular que fizera antes de adentrar na universidade. Ainda assim, isso fez com que assumisse uma postura mais tímida e reclusa na

universidade. Maria Inês relata ainda que o constrangimento era o sentimento que sentia ao frequentar a sala de aula, impactando diretamente a sua autoestima.

As memórias dos momentos de prisões presentes nos relatos destas mulheres evidenciadas até aqui demonstram que a ditadura militar deixou muitas cicatrizes, não apenas as memórias de horror que devem ser lembradas, mas sim das ações desempenhadas por estas estudantes, e aqui dou destaque a Maria do Socorro na luta pelo reconhecimento das ciências humanas em meio ao um período tecnicista da ciência.

A última trajetória a ser aqui evidenciada é a de Maria Luzinete de Lima, e o destaque que aqui se faz é na ativa participação política e atuação em cargos de liderança. Ela nasceu em Vitória de Santo Antão-PE, em 17 de janeiro de 1943. Foi em 1966 que ela entrou no curso de Pedagogia e construiu sua história no CE ao assumir diferentes papéis de liderança, como a eleição como representante de turma, atuação no movimento político-estudantil, também pelo movimento Ação Popular e, em 1967, com sua eleição para presidente do Diretório Acadêmico de Pedagogia.

Sua ficha de atuação consistiu na participação em assembleias, reuniões políticas, passeatas, panfletagem, confecção e fixação de cartazes, pichação de muros, e foi também no ano de 1967 que ela foi escolhida para assumir o posto de representante da Faculdade de Educação no congresso nacional dos estudantes em Belo Horizonte - MG. Maria Luzinete compõe uma parte da história dos e das estudantes do Centro de Educação e é importante destacar que a MULHER, MILITANTE e PEDAGOGA da Universidade Federal de Pernambuco fez parte da luta contra o regime político autoritário.

As encruzilhadas das histórias de militância feminina no movimento estudantil durante o regime civil-militar

Para compreender as lutas femininas durante o contexto ditatorial, se fez necessário refletir que estas vão carregar temáticas diferentes, uma vez que estão imersas em contextos diferentes. Esse fato é exposto por Alves e Pitanguy, ao registrarem:

Nesse clima repressivo, a prioridade da resistência era a luta contra a ditadura, e esta não incluía demandas específicas como direito das mulheres e racismo. No entanto, apesar do contexto de cerceamento e repressão, teve início uma importante produção acadêmica e cultural que iria influenciar o nascente feminismo da década seguinte. (p. 95).

Se na história do movimento feminista, as mulheres militantes do período do regime civil-militar foram essenciais na luta, o mesmo equivale para a ação feminina das mulheres dentro do movimento estudantil. O direito ao estudo de qualidade, a sua vaga na

universidade, a luta das mulheres mães que têm o direito de ocupar o espaço acadêmico sem que sua maternidade seja vista como um empecilho, a presença de mulheres na ciência, nas universidades, no reconhecimento científico, todas essas conquistas vieram de muita luta, para que não fosse retirado o direito de estudar.

Ainda que tão importantes, retoma-se o questionamento feito anteriormente: o apagamento das histórias das mulheres se justifica pelo fato delas não terem desempenhado papéis de grande importância, assim como os desempenhados por homens, a ponto de serem mencionadas com o mesmo grau de relevância masculina?

O perfil destas mulheres aqui relatadas demonstram que não, daí a necessidade de “romper o silêncio”, pois ainda que estas mulheres tenham desempenhado diferentes papéis de enfrentamento e resistência, não se colocam os holofotes para tais histórias devido ao silenciamento que foi imposto a elas, dando a falsa impressão de passividade feminina, quando na realidade, como afirma Del Priore (2020) “a mulher dona do seu próprio nariz sempre existiu” (p. 233), demonstrando que a História das mulheres é composta por diferentes episódios que desafiaram a sua forma de ser e estar no mundo, sendo assim, nomeá-las como “vítimas silenciosas” (Perrot, 2006). É mais uma forma de querer invalidar o protagonismo feminino que as mulheres tiveram ao longo do tempo, por isso é preciso reconhecê-las, evidenciá-las, e assim, como sugere Perrot, desfazer a narrativa de mulheres vítimas em prol da narrativa de mulheres ativas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dar continuidade ao desvelamento da história das mulheres é um trabalho desafiador que não deve ser parado, isso porque ainda há um longo caminho a ser percorrido, pois “não atingiremos a igualdade sem enfrentar o que restou da cultura patriarcal, ou seja, sem colocar em discussão o masculino como critério de superioridade de medida do mundo” (Del Priore, 2020, p. 238). Questionar o que está posto como verdade é enfrentar a cultura patriarcal. E foi isto que se buscou fazer neste trabalho, uma vez que partimos de experiências militantes políticas de mulheres no âmbito da Universidade Federal de Pernambuco, marcadas pela resistência e enfrentamento ao regime civil-militar brasileiro.

As mulheres, cujas trajetórias foram pesquisadas neste trabalho, demonstram que somente o papel de vítimas não basta para contar as suas histórias, como também explicitam o protagonismo feminino frente ao contexto vivenciado na época. Elas são uma parcela de tantas que ainda devem ser pesquisadas e que exibem um perfil plural, uma vez que há mulheres advindas do movimento estudantil que produziram ciência, se engajaram na vida

política, se fizeram presentes em partidos políticos, ocuparam cargos de liderança dentro e fora da Universidade. Assim sendo, a pergunta que deve nos inquietar é: o que mais estas e tantas outras mulheres terão que fazer para serem consideradas sujeitos históricos?

É válido ressaltar que realizar este trabalho, ainda que evidencie as histórias destas 9 mulheres, é um pequeno capítulo produzido do vasto conteúdo de suas trajetórias. A título de exemplificação, temos Dulce Pandolfi, uma mulher cuja trajetória perpassa não só pelo movimento estudantil, mas por partidos políticos de esquerda, a sua militância ativa, a produção de trabalhos acadêmicos, participação de palestras, seminários, em suma, o que fora visto sobre ela aqui neste artigo, bem como das demais mulheres aqui evidenciadas é pouco para o tanto que elas apresentam. Não só estas, como outras mulheres que não foram aqui citadas, as estudantes, professoras, jornalistas, operárias, artistas, de direita e de esquerda, dentre tantas outras que foram presas e/ou perseguidas e que desafiaram os estereótipos femininos existentes na época. O que está em xeque aqui é justamente o direito à memória, para que então se possa compreender suas trajetórias e sua atuação enquanto sujeito histórico nas transformações ocorridas no país, desmistificando assim os paradigmas existentes no que diz respeito ao papel feminino como seres de resistência política e defesa dos interesses civis da sociedade brasileira.

Há muito que ainda não foi evidenciado, e, trazer a lume, as histórias destas mulheres estudantes e militantes, mesmo que modestamente, evidencia que houveram outras formas de ser mulher durante o contexto ditatorial. Além disso, que também seja usado como combustível, como expressa Mariska Ribeiro: “e que desperte, em todas nós, mulheres, a consciência do caminho percorrido, do que falta percorrer e, sobretudo, do privilégio que tivemos nascendo e vivendo neste século, em que tudo mudou por causa da mulher” (apud Alves e Pitanguy, 2022, p. 297) Então que se faça essa caminhada conscientemente, pois as raízes que sustentam esta grande árvore, cujos frutos ainda estão sendo colhidos, são bem mais profundas do que se pode ver.

REFERÊNCIAS

ADICHIE, C. Chimamanda Adichie: o perigo de uma história única. *Youtube*. Publicado em 07 de out. de 2009. Disponível em: <https://youtu.be/D9lhs241zeg>. Acesso em: 07 de Jan. de 2023.

ALVES, B. M; PITANGUY, J. *Feminismo no Brasil: memórias de quem fez acontecer*. 1. ed. Rio de Janeiro: Bazar do tempo. 2022.

AMARAL, J. J. F. *Como fazer uma pesquisa bibliográfica*. Fortaleza-CE: Universidade Federal do Ceará, 2007.

BRAGA, S. Estado novo. In: *CPDOC/FGV*. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/EstadoNovo> Acesso em: 02 de jul. 2023.

BRASIL. Constituição (1934). Lex: Constituição dos Estados Unidos do Brasil, de 16 de julho de 1934. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm. Acesso em: 18 de set. 2023.

CAVALCANTE, M. L. F. de S. A Comissão de Inquérito Especial. *Acervo do DOPS/PE*. Recife: APEJE, 1964.

COLLING, A. M. As mulheres e a ditadura militar no Brasil. In: Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais Coimbra, VIII. 2004. *Anais A questão social no novo milênio*. Portugal: Faculdade de Coimbra. 2004.

DEL PRIORE, M. *Sobreviventes e guerreiras: uma breve história das mulheres no Brasil - 1500-2000*. São Paulo: Planeta, 2020.

FERREIRA, M. M. V. *Nos interstícios do golpe: Resistência da juventude em Pernambuco à ditadura civil-militar brasileira (1964-1972)*. Orientadora: Profa. Dra. ABREU E LIMA, M. do. S. de. 2014. 214 f. Dissertação (Mestrado) - História, Universidade Federal de Pernambuco. Recife: 2014.

GOHN, M. da G. Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas. Rio de Janeiro: *Ensaio: aval. pol. públ. Educ.* v. 4, n. 50. Jan./Mar. 2006. p. 27-38.

GONDIM, L. M. P. A Comissão de Inquérito Especial. *Acervo do DOPS/PE*. Recife: APEJE, 1964.

LIMA, M. L. de. A Comissão de Inquérito Especial. *Acervo do DOPS/PE*. Recife: APEJE, 1964.

MAGALHÃES, M. do S. do. A Comissão de Inquérito Especial. *Acervo do DOPS/PE*. Recife: APEJE, 1964.

MELO, M. I. M. de. A Comissão de Inquérito Especial. *Acervo do DOPS/PE*. Recife: APEJE, 1964.

MEMÓRIA E HISTÓRIA. União Nacional dos Estudantes. Disponível em: <https://www.une.org.br/memoria/historia/> Acesso em: 04 de ago. 2023.

MORAIS, F. *Olga*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004

MOTTA, R. P. S. *As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária*. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

PANDOLFI, D. C. A Comissão de Inquérito Especial. *Acervo do DOPS/PE*. Recife: APEJE, 1964.

PERROT, M. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.

PERROT, M. *Minha história de mulheres*. Tradução: CÔRREA, A. São Paulo: Contexto, 2007.

PINSKY, C. B; et. Al. *Fontes históricas*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008.

REIS FILHO, D. A; SÁ, J. F. de. *Imagens da revolução: Documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961-1971*. Rio de Janeiro: Ed. Marco Zero, 1985.

RODRIGUES, R. A. A Comissão de Inquérito Especial. *Acervo do DOPS/PE*. Recife: APEJE, 1964.

SECRETARIA DA CASA CIVIL. *Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Helder Câmara: relatório final*, v. 1. Recife: CEPE, 2017.

SECRETARIA DA CASA CIVIL. *Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Helder Câmara: relatório final*, v. 2. Recife: CEPE, 2017.

SILVA, M. E. G. B.; BARRETO, R. A. D. N. Memória de resistência: o caso de Helena Mota Quintela no regime civil-militar. In: *Educação de mulheres nos séculos XIX e XX, 2022, Rio de Janeiro*. IV Seminário do grupo de pesquisa educação de mulheres nos séculos XIX e XX: II encontro do grupo de Pesquisa Arquivos Pessoais, Patrimônio e Educação. Fortaleza: EdUECE, 2022.

SILVA, T. E. C. *Memórias femininas no Bom Pastor-PE: Gênero, repressão e resistência durante a ditadura civil-militar brasileira (1964-1985)*. Orientadora: Profª. Dra. ROSA, S. O. da. 2017. 159 f. Dissertação (Mestrado) - História, Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa: 2017.

SOUZA, W. G. dos. O Sistema Oligárquico Representativo da Primeira República. *Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 56, n o 1, 2013, pp. 9 a 37.

TAVARES, C. Educar para o nunca mais: experiências educativas em lugares de memória na Argentina, Brasil e Chile. *Revista Momento - Diálogos em Educação*. v. 31. n. 1. Jan./Abr. 2022.

THOMPSON, Paul. *A voz do passado: história oral*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

VERBENA, M. L. A Comissão de Inquérito Especial. *Acervo do DOPS/PE*. Recife: APEJE, 1964.

WEYNE, M. S. D. A Comissão de Inquérito Especial. *Acervo do DOPS/PE*. Recife: APEJE, 1964.